

**PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.644.156 - RJ (2016/0330674-5)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**REQUERENTE : FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**  
**REQUERIDO : ALBINA FERREIRA DA SILVA**  
**REQUERIDO : MARIA DA CONCEICAO NASCIMENTO DE OLIVEIRA**  
**REQUERIDO : MARIO SERGIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA**  
**REQUERIDO : EDSON DE FARIA ALMEIDA**  
**REQUERIDO : ODICEA ARANTES MATOS**  
**ADVOGADOS : JOSÉ CARDOSO DUTRA JUNIOR - DF013641**  
**CLÁUDIO MÁRCIO DE BRITO MOREIRA E OUTRO(S) - RJ088980**

### **DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL TRANSITADO EM JULGADO PELO JUIZ DE PRIMEIRO GRAU. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DESTA CORTE. RECURSO PROVIDO.

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto visando à reforma do decisum proferido pela MM. Juíza da 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro, que determinou a suspensão da execução, com base no art. 265, IV, do CPC/73, até o trânsito em julgado da ação rescisória proposta para desconstituir acórdão proferido por esta Corte.

2. A propositura de ação rescisória não tem o condão, por si só, de suspender a execução do julgado rescindendo, salvo a concessão de tutela provisória pelo órgão jurisdicional competente para processá-la e julgá-la. Na esteira da orientação jurisprudencial majoritária, 'a competência para determinar a suspensão da execução do julgado, com fundamento no ajuizamento de ação rescisória, é exclusiva do tribunal competente para apreciar a referida ação'.

3. Não se pode admitir a atuação do magistrado a quo com base no poder geral de cautela, sob pena de se colocar em xeque a hierarquia dos órgãos jurisdicionais. O título executivo transitado em julgado foi proferido pela Sétima Turma Especializada, não cabendo ao juízo de primeiro grau suspender a eficácia de acórdão proferido por esta Corte. Compete apenas à Terceira Seção Especializada,

órgão responsável por processar e julgar ações rescisórias contra acórdãos das Turmas, conceder ou negar a tutela provisória em ação rescisória.

4. Afastada a aplicação do art. 265, IV, "a"J do CPC/73 em razão da Especialidade do art. 489 do mesmo diploma.
5. Agravo de instrumento conhecido e provido " (fl. 256e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 262/265e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. INVOCAÇÃO DE DISPOSITIVOS IMPERTINENTES. MERO INCONFORMISMO. PREQUESTIONAMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Trata-se de embargos de declaração opostos pelo IBGE visando à reforma do v. acórdão em que esta Colenda Sétima Turma Especializada, por unanimidade, deu provimento ao agravo de instrumento interposto pela ora embargada 'para determinar o prosseguimento da execução, sem prejuízo da apreciação de eventual requerimento de suspensão nos autos da ação rescisória'.
2. O voto condutor enfrentou todas as questões relevantes para o deslinde da controvérsia, tendo concluído que a suspensão da execução só poderia ser determinada nos autos da ação rescisória, nos termos do art. 489 do CPC/73 e art. 969 do CPC/2015. De acordo com o entendimento firmado por esta Colenda Turma, a suspensão determinada pelo magistrado a quo representaria verdadeira usurpação de competência deste Tribunal.
3. Os dispositivos em relação aos quais o julgado supostamente se omitiu não possuem pertinência com o caso em exame. Com efeito, os arts. 98, §2º, I, e 101, I, do CDC, tratam apenas da competência para a apreciação da execução de título executivo decorrente de ação coletiva, o que, no entanto, não prejudica a aplicação do art. 489 do CPC/73. O juiz de primeiro grau é competente para processar a execução; sua suspensão com base no ajuizamento de ação rescisória, contudo, é de competência do Tribunal, nos termos do voto proferido pelo Desembargador Federal José Antonio Neiva. E isso não importa em ofensa ao princípio do juiz natural (art. 5º, XXXVII e LII, da Constituição Federal).
4. No que concerne ao art. 81 da Lei 11.355/06, o dispositivo em questão está relacionado ao exame da questão de fundo, qual seja, o pagamento de gratificação de desempenho aos inativos no mesmo

patamar pago aos servidores da ativa. Ocorre que a questão competencial é anterior e impede o exame do mérito. Assim, na esteira do entendimento firmado pela Turma, o pedido de suspensão da execução deve ser formulado por meio de tutela de urgência na ação rescisória, cabendo ao Relator desta ação verificar eventual ofensa ao artigo ora invocado.

5. Verifica-se que, na verdade, o IBGE deseja, tão somente, manifestar sua discordância com o resultado do julgamento, a partir da invocação de dispositivos impertinentes, sendo esta, entretanto, a via inadequada. Precedentes.

6. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, 'ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade' (art. 1.025 do NCPC), razão pela qual, a rigor, revela-se desnecessário o enfrentamento de todos os dispositivos legais ventilados pelas partes para fins de acesso aos Tribunais Superiores.

7. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos" (fls. 279/280e).

A parte autora, por meio de petição de fls. 341/349e, informa que:

"O objetivo do presente recurso especial é a reforma de acórdão da Corte Regional que entendeu que a simples pendência de ação rescisória, ajuizada contra o título judicial transitado em julgado oriundo do mandado de segurança coletivo n. 2009.51.01.002254-6, não acarreta a suspensão da respectiva execução, não sendo necessário, por isso mesmo, aguardar o trânsito em julgado da ação rescisória para postular o cumprimento de sentença. Por isso a eg. Corte a quo dera provimento a agravo de instrumento interposto pelos ora recorridos, para determinar o prosseguimento da execução, sem prejuízo da apreciação de eventual requerimento de suspensão nos autos da ação rescisória.

Assim, pretendia o recorrente IBGE reverter o entendimento da Corte Regional, para assegurar a suspensão do feito executivo até o trânsito em julgado da ação rescisória.

Ocorre que, a ação rescisória de que se cuida (proc. n. 0009758-54.2013.4.02.0000) foi julgada improcedente pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), tendo o IBGE interposto recursos especial e extraordinário, os quais, inadmitidos na origem, deram

ensejo à interposição do AREsp n. 1.233.309/RJ, Ministra Relatora Assusete Magalhães, e do ARE n. 1142232/RJ, rel. Ministra Rosa Weber.

O AREsp n. 1.233.309/RJ não foi conhecido pela eminente relatora por decisão irrecorrida, sendo os autos remetidos ao col. STF, para julgamento do agravo em recurso extraordinário sob o nº 1142232 (0007101-03.2017.4.02.0000).

A douta Ministra Relatora Rosa Weber entendeu por bem negar seguimento (art. 21, § 1º, do RISTF) 1 , não sendo interposto qualquer recurso desta decisão.

**Deste modo, em 03 de outubro do corrente ano, a ação rescisória em questão TRANSITOU EM JULGADO, conforme comprova certidão anexa expedida pelo Supremo Tribunal Federal.**

**Assim sendo, considerando que o único objetivo do presente especial seria obter a suspensão da execução até o trânsito em julgado do acórdão prolatado na ação rescisória, e que esse trânsito já ocorreu, resta claro que prejudicado o recurso em razão da perda superveniente do interesse recursal.**

Pede-se, portanto, o não conhecimento do presente recurso especial, por perda de objeto" (fls. 342/343e).

Devidamente intimado, o recorrente manifesta, por meio de petição de fls. 354/355, a sua concordância com a perda de objeto do Recurso Especial manejado às fls. 283/302.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XI, do RISTJ, julgo prejudicado o presente Recurso Especial, por perda superveniente do objeto.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora